



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Sr.
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e
Administração Pública
Deputado Eduardo Cabrita

Assembleia da República, 12 de fevereiro de 2015

Assunto: Audição da atual Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e do Ministro de Estado e das Finanças do XVIII Governo Constitucional, Fernando Teixeira dos Santos, sobre o envolvimento de portugueses na fraude fiscal e branqueamento de capitais em contas bancárias na filial suíça do HSBC

Nos últimos dias diversos órgão de Comunicação social divulgaram a existência de uma lista de clientes da filial suíça do HSBC Private Bank cujas contas milionárias estariam envolvidas num processo de fraude fiscal e branqueamento de capitais, caso entretanto conhecido como *SwissLeaks*.

De acordo com o que tem sido publicado existirão 611 clientes com ligação a Portugal, dos quais 220 serão cidadãos portugueses, cujas contas totalizarão mais de 856 milhões de euros.

Segundo declarações do próprio banco, essas práticas associadas a fraudes fiscais e ao branqueamento de capitais terão terminado em 2008.

Acontece que em 2005, 2010 e 2012 decorreram regimes extraordinários de regularização tributária que permitiram aos contribuintes portugueses regularizar a respetiva situação patrimonial colocada no estrangeiro.

Em 15 de fevereiro de 2013 o Grupo parlamentar do PCP questionou o Governo sobre as receitas obtidas, o valor dos patrimónios declarados e o número de declarações entregues nos respetivos processos de regularização.

Na altura, nas suas respostas, o Governo limitou-se a publicitar uma vez mais o conjunto de medidas de combate à fraude fiscal entretanto assumidas e a enviar os comunicados de imprensa do Governo sobre os respetivos regimes de regularização que declaram os montantes globais da receita obtida e reafirmam que os patrimónios para beneficiarem destes regimes não se poderiam encontrar sob investigação tributária ou judicial.

Entretanto, como é do conhecimento público, apenas em 2013 entrou em vigor o acordo de partilha de informação fiscal entre o Portugal e a Suíça, o que terá motivado muitos contribuintes em incumprimento a aderir ao RERT III (2012). Agora, vem a público a notícia de que cerca de 856 milhões de euros, pertencentes a 611 clientes da filial suíça HSBC com



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

ligações a Portugal, estariam envolvidos no escândalo *SwissLeaks*, desconhecendo-se se estes clientes da filial suíça do banco britânico terão ou não beneficiado desta amnistia e perdão fiscal.

As referências a fraudes fiscais promovidas pelo sistema bancário não são tema novo. Envolvendo a própria filial suíça do HSBC, em 2012, veio a público a famosa «Lista Lagarde» que estará na origem de processos envolvendo antigos governantes e diversos grandes contribuintes gregos que utilizaram os serviços deste banco para fugir aos impostos na Grécia e para branquear capitais obtidos de forma ilícita.

Em 2009, o Deputado Honório Novo, do PCP, questionou o Ministro de Estado e das Finanças Teixeira dos Santos (perguntas n.ºs 2299/X/4.ª e 3008/X/4.ª) sobre as diligências do Estado Português relativamente à chamada «Mega Fraude do Liechtenstein». Estas perguntas nunca foram respondidas pelo Governo.

Entretanto, ontem o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais enviou um comunicado para a Comunicação Social informando que estariam a ser efetuadas diligências para obter junto dos investigadores da *SwissLeaks* dados sobre o envolvimento de portugueses neste esquema bancário de fuga, evasão fiscal e branqueamento de capitais.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP vem por este meio requerer a audição da Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e do Ministro de Estado e das Finanças do XVIII Governo Constitucional, Fernando Teixeira dos Santos, sobre as diligências do Estado Português nestas matérias.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados

Paulo Sá

Miguel Tiago